

Do sujo ao limpo: o discurso médico sobre os prédios higienicamente escolares na Paraíba (1912-1930)

Dirty to clean: speech on medical school
in buildings hygienically Paraíba (1912-1930)

*Azemar dos Santos Soares Júnior**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os discursos médicos sobre o processo de medicalização dos prédios das escolas e seu mobiliário que circularam nos periódicos da Paraíba nas primeiras décadas do vigésimo século. Trata-se de discursos que eram constantemente recebidos de sanitaristas da Capital Federal, adequados a realidade local e publicados nas páginas dos jornais da época. Soma-se a isso, os discursos produzidos pelos médicos sanitaristas paraibanos que intervinham diretamente nas escolas, a exemplo, de Flávio Maroja. São falas sobre a métrica das paredes, janelas e portas, degraus, iluminação e ventilação das salas, altura e largura das carteiras. Discursos problematizados, no campo da História da Educação possibilitada pela ampliação dos temas e fontes propostos pela História Cultural. Metodologicamente, analisei falas publicadas nos jornais A União, O Norte, A Imprensa, bem como, em outros periódicos que dedicaram espaço para discutir a higiene escolar. Conclui-se que esses pronunciamentos foram importantes para disciplinar os corpos dos discentes educando-os higienicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Discurso médico. Prédio escolar.

ABSTRACT: This article aims to analyze the medical discourse about the medicalization process of school buildings and their furnishings that circulated in the Paraíba periodicals in the first decades of the twentieth century. These are speeches that were constantly received from health workers of the Federal Capital, suited to local conditions and published in the newspapers of the time. Added to this, the discourses produced by paraibanos sanitarian doctors who intervened directly in schools, such as, Flávio Maroja. Are lines on the metric of the walls, windows and doors, stairs, lighting and ventilation of rooms, height and width of the portfolios. Problematised speeches in the field of History of Education made possible by the expansion of themes and sources proposed by the Cultural History. Methodologically analyzed speeches published in the newspaper A União, O Norte, A Imprensa, as well as in other journals devoted space to discuss school hygiene. We conclude that these pronouncements were important to discipline the bodies of students educating them hygienically.

KEYWORDS: Portuguese language. Lexicon. Variation.

Introdução

As crianças deve-se começar a inculcar desde os hábitos higiênicos não só porque desta forma se vai fortalecendo, o seu organismo, mas ainda com o fim de as ir preparando para mais tarde receberem o ensino nacional da hygiene.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). azemarsosares@hotmail.com.

Foi citando o médico Ladisláo Piçarra que Flávio Maroja¹ chamou publicamente à atenção da população paraibana para com os cuidados com a higiene nas escolas. A princípio, tratava-se de uma voz que protestava sozinha no deserto. Um brado que retumbava solitário. Um grito de alerta que clamava por cuidados higiênicos nas escolas da cidade da Parahyba. Em carta aberta ao professor Abel da Silva, na época responsável pela Instrução Pública no estado, Flávio Maroja ressaltava a necessidade da adaptação da matéria de higiene nas escolas “como medida altamente salutar”. Publicada no jornal *O Norte*, a carta alegava que não bastava “o professor no exercício do seu nobre magistério saber que a hygiene escolar devia fazer o complemento do seu curso afim de que pudesse ensinal-a aos seus alumnos na forma de indefectível lição de cousas” (*O Norte*, 13 set. 1912). Deixava claro ainda, que o professor de escolas públicas e privadas, deveria ser possuidor das boas noções de hygiene “como uma garantia á conservação da saúde das creanças nas agglomerações infantis” (*O Norte*, 13 set. 1912). Só assim, seria possível combater as moléstias peculiares a infância que constantemente invadiam as escolas “degenerando em epidemias difíceis de ser conjuradas em uma medida propylática rigorosa” (*O Norte*, 13 set. 1912).

O que estava em debate era o desejo de implantar nas escolas da Paraíba um projeto médico-pedagógico pautado nos princípios higienistas e eugenistas. Um assunto considerado de alta relevância pelos sanitaristas no começo do século XX, capaz de constituir “espíritos superiores”. Discursos, que deveriam ser não apenas dos médicos da hygiene, mas também dos pediatras e professores “responsáveis pelo importante progresso que se pretende levar ao seio de todas as classes, nesta solidariedade humana que congrega todos os bons sentimentos e nos reúne no mesmo campo de ação” (*A União*, 21 nov. 1912). Eram falas que defendiam fervorosamente a hygiene escolar a partir da inspeção médico-sanitária, dos cuidados com a estrutura física das escolas e com o mobiliário.

Neste artigo, busco entender os elementos presentes no projeto educacional criado pelos médicos e colocado em prática na Paraíba a partir do começo do século XX, especialmente, dos ditos acerca das matérias de higiene e educação física. Trata-se de refletir acerca do processo de medicalização voltado para as escolas a partir das mudanças promovidas na educação paraibana. Discursos médicos sobre os prédios e os mobiliários foram problematizados no campo da História da Educação, graças a abertura teórico-metodológica possibilitada pela História Cultural alargando as fontes e os temas a disposição do historiador. Metaforicamente, retorno ao passado das escolas paraibanas para entender como o prédio escolar e seus móveis eram utilizados para disciplinar os corpos infantis.

Por prédios escolares medicamente pensados

O projeto médico-pedagógico postulado por Flávio Maroja estava em consonância aos princípios ditados pelos profissionais da medicina da capital federal. A princípio, enquanto chefe da higiene, Maroja chamou constantemente a atenção dos representantes do poder para o debate da presença médica na escola. Suas publicações nos jornais que circulavam pela Paraíba eram quase diárias. Seu sobrenome já parecia ser uma representação da higiene; e a partir da década de 1920, mais especificamente, higiene escolar. Foi para escola que ele mirou todo o seu discurso. Foi sobre as crianças que se almejou construir seu projeto de saúde; de instituir uma educação higiênica capaz de assegurar o modelo de civilização desejado.

“Meteu o bedelho”, ou melhor, pousou um olhar médico sobre a escola como sinônimo de uma sociedade higienizada. Lançou sobre os corpos das crianças normas que limpavam, padrões que cheiravam bem, regras que disciplinavam. Atribuiu sentidos a educação fazendo dos corpos dos alunos “fortes, saudáveis, higiênicos, ativos ordeiros, racionais em contraposição aquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 2007, p. 286). Dessa forma, o projeto escolar higienista traçou determinações que deveriam ser seguidas em vários campos: da arquitetura das escolas, do mobiliário, do ensino de higiene e da função dos alunos.

Soares Júnior (2011), ao analisar o processo de higienização do corpo, na cidade da Paraíba entre as duas primeiras décadas do século XX, mostrou como a matéria de higiene foi incorporada na *Escola Nossa Senhora das Neves* e no *Colégio Pio X*. Porém, é preciso lembrar que, mesmo que as matérias de higiene e educação física, já fossem uma exigência na *Reforma do Ensino de 1917*, nem sempre foi cumprido nas escolas públicas. De qualquer forma, entender a matéria de higiene sob o olhar dos médicos da época, me fez perceber parte de um projeto que julgava os males do povo serem causados pela falta de uma instrução racional e educação sanitária. Uma educação, conforme defendia Flávio Maroja, pautada nos conhecimentos da medicina e sua contribuição à aprendizagem, rompendo inclusive com os métodos de ensino metódicos configurados a partir da memorização de informações no cérebro que se não aprendidas se dispersavam com o passar dos dias.

Almejava-se formar uma educação pela saúde. A proposta de Afrânio Peixoto (1925), defendida para o Rio de Janeiro e indicada para os demais estados do país, era “conduzir ao ideal, isto é, à representação distante, talvez inacessível, mas que nos aproximamos sempre mais, a nossa própria perfeição”. Fato possibilitado pela disciplina e, principalmente, pela boa instrução da higiene. Uma educação que consiste em moldar os hábitos: “deve vigiar para que os alunos sejam bons, honestos, limpos, com que se corrige uma natureza imperfeita, ou se dará esplendor a mais feliz” (PEIXOTO, 1925). Para tanto, a escola tornava-se o meio mais adequado e eficaz para se alcançar a educação do povo. Lugar onde a pedagogia ensinava os preceitos de civilização, a higiene intervinha para proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas. A não adoção da higiene corresponderia à degeneração do homem, a mais poderosa arma contra a civilidade.

Higiene e civilidade pareciam andar juntinhas, numa união que correspondia ao bem estar físico, biológico e social. Assegurar a saúde por meio da escola era tomar ciência de que a higiene, segundo Carlos Sá² (1939, p. 18) parecia abranger todos os segmentos de uma vida saudável, desde as ações mais corriqueiras do cotidiano aos cuidados com as ruas, praças e casas. Um saber que agregava diversas áreas do conhecimento: medicina, pedagogia, engenharia,

enfermagem, farmácia, arquitetura, etc.. Contudo, para discutir o papel da matéria de higiene nas escolas da Paraíba é preciso levantar alguns questionamentos: Quais as determinações higiênicas aplicadas ao espaço escolar? Como higienizar os corpos dos alunos seguindo os preceitos de civilidade? Seria possível levar essa educação higiênica para casa? Vamos às respostas!

“O prédio escolar deveria achar-se situado em meio de um terreno, amplo, enxuto, arborizado, sem a possibilidade de se interromperem outros aos lados, ou defronte, que lhe diminuam a luz”. Essa foi mais uma informação enviada à Paraíba por Afrânio Peixoto no início da década de 1920 para orientar como e onde deveriam ser construídos os higiênicos prédios escolares. Embora essas informações cheguem com mais força nos primeiros anos do século XX, alguns prédios escolares construídos em fins do oitocentos já consideravam-se dentro dos padrões higiênicos: o *Colégio Pio X*³ e o *Colégio Nossa Senhora das Neves*⁴. Porém, tratando-se de escolas públicas, só a partir de 1916, ano da inauguração do primeiro grupo escolar na Paraíba⁵, que se percebe um novo modelo de organização escolar tanto em sua estrutura física, quanto a seu funcionamento.

Numa rápida observação das imagens dos grupos escolares⁶, é possível diagnosticar a suntuosidade dos prédios construídos para abrigar os novos princípios médico-pedagógicos, além de assegurar a visibilidade ao lugar que seria responsável por instituir outros padrões de educação: os ensinamentos da *Escola Nova*. Especialmente, em um momento em que se pretendia que a educação dos corpos das crianças começasse a ser instituídos desde a arquitetura dos prédios escolares, donos de espaços educativos por excelência. Para tanto, fazia-se necessário “um planejamento arquitetônico minucioso, balizado por preceitos e teorias higienistas já consagradas na Europa, foi elaborado para orientar a construção de prédios específicos para as práticas educativas, que deveriam ser imponentes, majestosos, higiênicos e assépticos” (VAGO, 2007, p. 287).

Para construir os prédios escolares considerados saudáveis a educação, eram convocados engenheiros que cuidavam minuciosamente com a escolha dos lugares que se

localizariam, ou seja, era observado “as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas” (GONDRA, 2011, p. 528). Deveriam acima de tudo estar de acordo com as características mínimas para atender as exigências higienistas da época:

localização na região central das cidades, certamente porque era considerada mais limpa e mais higiênica e na qual eles estariam em posição de melhor visibilidade pela população; distância de outras construções, notadamente hospitais e prisões, isolando-os de possíveis contatos; área total do prédio prevendo um mínimo de 8 m² por criança; instalações sanitárias; jardim; terreno para o recreio com pelo menos 5 m² por criança; áreas previstas e reservadas para os exercícios físicos e os trabalhos manuais (VAGO, 2007, p. 287).

Pareciam combinadas às falas dos médicos acerca das características da localização das escolas medicalizadas. A orientação de Carlos Sá (1939, p. 126) indicava que a

escola deve localizar-se em ponto central relativamente a população a que deve servir; em rua tranquila, transversal a avenidas de fácil acesso, mas não muito próximas de cruzamentos de trânsito muito intenso; em centro de terreno seco, permeável de pequenas elevações sobre o nível da rua e dela afastada no mínimo quinze metros; cercada de gramados, com algumas árvores copadas; sem vizinhanças barulhentas ou perigosas do ponto de vista da segurança física ou moral; com uma área mínima coberta de quinhentos metros quadrados.

Era recorrente entre os médicos o debate sobre a localização dos prédios escolares em todos os estados da federação. Em Curitiba, como afirma Marcus Taborda de Oliveira e Lausane Corrêa Pykosz (2009, p. 146), os sanitaristas defendiam também que fossem em local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase a sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas, e, ao mesmo tempo, distante de lixo, cemitérios ou quaisquer lugares que pudessem afetar a saúde dos alunos. Esses autores lembram ainda que as construções escolares do início do século XX buscavam manter um padrão

higiênico incorporando pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna – a higiene – enfatizando a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequação sanitária, requisitos indispensáveis para o bom funcionamento dos grupos escolares.

O médico sanitaria Flávio Maroja publicou em 22 setembro de 1922 um artigo no jornal *A União*, intitulado *Cercanias da Escola*, no qual afirmava “ser mister, que o edifício escolar fique em centro de terreno amplo, que possa ser gramado, arborizado” (*A União*, 22 set. 1922). Anunciava que no entorno das escolas seria de grande valia um pequeno parque atendendo as necessidades do ensino, a salubridade e a decoração da escola. Defendia a existência de árvores de grande e médio porte, além de arbustos e canteiros repletos de flores. Pregava que toda escola deveria possuir uma horta, que além de ensinar os alunos a plantar e cultivar o alimento, fornecia verduras para a sopa. Esses espaços, segundo o sanitaria, receberiam as constantes visitas de pombos e pássaros que junto às flores embelezariam a escola e serviriam para as aulas de ensino da natureza e/ou qualquer projeto que viabilizasse a educação da saúde.

Na capital paraibana, segundo orientação do Estado, as escolas deveriam ser construídas em lugares centrais, de fácil acesso, seguros e equipados com o serviço de higiene pública. Prezava-se por locais

altos devido à boa ventilação, à distribuição de água e às condições higiênicas, ou seja, distante dos monumentos de lixo que se formavam nos cantos dos muros, cemitérios, longe dos lugares governados pela imundície, evitando, assim, o contágio e proliferação das mais diversas doenças que poderiam invadir o corpo dos alunos (SOARES JUNIOR, 2011, p. 152).

Estes requisitos foram debatidos por diversos profissionais, dentre eles, médicos, engenheiros e pedagogos na intenção de colocar em prática as novas normas de higiene. Nesse sentido, o jornal *A Imprensa* publicava frequentemente o orgulhos dos padres que comandavam o *Colégio Nossa Senhora das Neves* por estar dentro das normas estabelecidas de higiene. Noutro

estudo, Soares Júnior (2011) mostra a estrutura física do referido colégio chamando atenção para os seguintes aspectos:

O edifício do Colégio Nossa Senhora das Neves fica situado na zona urbana sem vizinhança imediata; é limitado ao norte e ao sul *por ruas calçadas* e de pouco trânsito; a leste pela praça Dom Ulrico; ao oeste pela chácara do Colégio. Acha-se em *perfeita condição de salubridade*. É *bem ventilado* e sua fachada principal voltada para oeste. O colégio estando afastado não há RUÍDO algum que venha perturbar a ATENÇÃO DAS ALUNAS. A linha de bonde passa a 100 metros de distância da praça D. Ulrico, logo *não há perigo para a entrada e saída das alunas*. Não sendo o lugar, ponto de diversão, *nenhuma influência pode desviar a atenção das alunas* (apud ALMEIDA, 1924)⁷.

O documento faz questão de ressaltar o fato de o colégio estar dentro dos padrões higiênicos estabelecidos pela saúde pública: possuir uma “perfeita condição de salubridade”, estar localizado numa região alta, portanto “ventilada”, distante do barulho que pudesse, por ventura, atrapalhar o entendimento, bem como afastado das más influências – os pontos de diversão. Vale ressaltar que o terreno onde foi construída a escola é argiloso e com ligeiro declive, facilitando o escoamento das águas. A escola, conforme assegurava o *Instituto da Sagrada Família*, “possuía todas as condições recomendáveis pela pedagogia e pela hygiene” (ALMEIDA, 1924).

Entendo que o prédio escolar não possuía apenas uma função simbólica, mas também, estética, despertando na criança uma modelação dos sentidos. Foi nesse sentido, que, no relatório do diretor do *Departamento de Educação* apresentado ao governador do estado em 1936, afirmou incisivamente que os edifícios escolares deveriam ser erguidos com formatos “bellos e majestosos, destinados expressamente ás instituições escolares” (*Revista do Ensino*, 1936, p. 36). Os estudiosos da época defendiam que os prédios escolares deveriam oferecer “um aspecto agradável, porque a própria estética do edificio influi sobre a moral das crianças, contribuindo para chamar a atenção e simpatia tornando a escola um ponto atrativo” (PYKOSZ & OLIVEIRA, 2009, p. 149). Os espaços de “divertimento”, livres ou cobertos, tornaram-se um

convite para os alunos que viam nos jogos e na ginástica uma forma de recreação. O *Colégio de Nossa Senhora das Neves*, por exemplo, possuía 2890 m² livre e 712 m² de área coberta para esportes e brincadeiras.

Nesses discursos médico-escolares, observo uma forte preocupação com os conhecimentos de higiene que deveriam ser passados pelas estruturas físicas das escolas. Nessas falas, “particularizavam a análise da materialidade das escolas, condenando os espaços insalubres, a localização do prédio escolar, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços livres, a inadequação do mobiliário e dos equipamentos disponíveis” (STEPHANOU, 2011, p. 153). Os mínimos detalhes deveriam ser observados. Mesmo nas construções de edifícios térreos, preferidos em algumas cidades tanto pela sobra de espaço para recreação quanto pelo custo de orçamento, era fundamental que as estruturas fossem altas para projetar sombra aos espaços livres. A orientação de Afrânio Peixoto (1925, p. 357) era levantar o prédio ao menos a 80 centímetros do solo, isolado e impermeabilizado a concreto ou asfalto. A porta central deveria ser ampla e o corredor principal nunca poderia ser inferior a 2 metros; quanto às escadas, se existissem, deveriam ser construídas de pedra ou de cimento com formação de degraus baixos (13 a 15 cm) e largos (30 a 35 cm), o corrimão apenso à parede para auxiliar a subida e descida dos alunos. O médico faz uma ressalva interessante quanto ao corrimão: “não se deve existir a possibilidade de ser cavalgado pelo aluno”. Era importante que “os corredores e as escadas de acesso, permitissem a passagem de três a quatro alunos ombro a ombro” (SÁ, 1939, p. 217). Quanto às paredes, informava a necessidade de revesti-las de cerâmica até dois metros de altura, ou ao menos, utilizar pintura a óleo impermeável. As janelas precisavam ser rasgadas até o teto para facilitar o acesso à luz; o piso revestido de cerâmica, ladrilho ou madeira impermeável para assegurar o asseio constante e fácil.

Para o médico Almeida Júnior (1922) as estruturas físicas chamariam a atenção por suas cores claras, seus espaços grandes e sua alegria, com janelas abertas para o ar e para o sol, sempre bastante limpa e ordenada. Só escolas com essas características poderiam ser consideradas higiênicas. O prédio deveria expor suntuosidade, beleza e limpeza desde o instante em que se

pousassem os olhos sobre ele, já incentivando, por essas características os alunos a “antes de pisar-lhe o assoalho, onde não se vê vestígio de poeira, a criança trata instintivamente de raspar a sola dos sapatos” (ALMEIDA JUNIOR, 1922, p. 49) para não sujar o chão. O mesmo se aplicaria aos móveis polidos e lustrosos; assim, antes de tocar-lhes, os alunos observariam primeiro a higiene de suas mãos. As janelas eram responsáveis pela inundação constante de oxig nio e luz nos ambientes educativos garantindo o bom humor e a disposição para os trabalhos. O médico ressaltava ainda que aprendendo tais ensinamentos nas escolas e vivendo parte do seu dia nesses espaços, os alunos iriam querer viver em casa, um ambiente parecido. Mas, em caso do não cumprimento dessas orientações, Almeida Júnior (1922, p. 50) indicava

Que o professor as mostre! Que as analise uma a uma confrontando-as com o erro. O contraste entre a escola e o lar, quando o lar é anti-higienico, virá insistentemente   memória do aluno, e assim, a instalação escolar, pela sua simples forçá de presenç , irá repercutir nas condições sanitárias do domicílio.

Como salienta Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2002) a instituição dos novos grupos escolares, sob o ponto de vista médico, produziu ótimos resultados: edifícios apropriados, dotados de vastas salas, compartimentos acomodados aos diversos fins, oficinas para trabalhos manuais, campos para exercício de ginástica e móveis adequados. Dentre os padrões normativos estabelecidos na época, as novas escolas paraibanas pareciam se enquadrar quase que perfeitamente. O novo modelo de organização escolar imposto desde fins do século XIX passou a predominar na Paraíba na primeira metade do vigsimo século.

As salas de aula não escapavam das imposições higiênicas. Várias publicações dos médicos dedicavam páginas aos cuidados específicos com as salas de aula. Construídas proporcionalmente para trinta e seis alunos, com 5 m² para cada, segundo a recomendação de Afrânio Peixoto (1925, p. 258), as salas de aula necessitavam de no máximo oito metros de comprimento e seis metros de largura, para que os alunos dos bancos detrs pudessem ver distintamente as letras de quatro centímetros de altura escritas na pedra pelo professor, e para

que a iluminação lateral atinja os alunos opostos. Esses últimos precisavam ver de seu banco um pedaço do céu numa extensão de trinta centímetros. Para Carlos Sá (1939, p. 217), as salas de aula que deveriam ser chamadas de “capital pedagógica” indicava que sua forma deveria ser retangular, com o eixo maior, podendo ter até dez metros e a largura de seis a sete metros, possuindo de uma a duas portas abrindo para o corredor facilitando as duas, a entrada e a saída dos alunos; as janelas deveriam muito mais que iluminar, ventilar. Sua abertura na parede exterior com o peitoril a um metro e trinta do piso. As janelas deverão sempre abrir de modo que os alunos recebam luz do lado esquerdo da sala. As cores das paredes e do teto deveriam ser claras em tom marfim, creme ou verde claro. Era preciso conter luzes espalhadas pelo teto. As salas de aula construídas suportariam no máximo quarenta alunos, para os quais se espalhariam ordenadamente pela sala, as mesas e cadeiras em cinco filas afastadas cinquenta centímetros entre si e das paredes.

Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 288) ao estudar as escolas construídas a partir do advento da República, no estado de Minas Gerais diagnosticou nos discursos médicos, a orientação para a construção de salas de aula com área de 48 m², sendo 1 m² para cada aluno, com suficiente iluminação e arejamento naturais. Assegurou, que segundo os sanitaristas daquele estado era de suma importância a observação de todos os detalhes na sala de aula, meticulosamente examinado e inteligentemente previsto: a altura das paredes e das janelas, das carteiras e mesas, a distribuição da luz e do vento, a qualidade da água, dentre outros. Conclui-se, portanto, que quase todos esses padrões foram seguidos a partir do início da construção dos grupos escolares; e que mesmo sendo uma exigência em vigor nos prédios escolares do Rio de Janeiro desde a segunda metade do oitocentos, as normas se aplicaram nos estados da federação em diferentes momentos.

É importante ressaltar que saberes médicos publicados sobre a escola no Brasil estavam conectados com as normas higiênicas disseminadas a partir da Europa e dos Estados Unidos, sendo recorrente em seus discursos referências a esses países. Exemplo disso é a fala de Carvalho Brito publicada em 1907: “Na América do Norte, ao divisar-se ao longe uma povoação, o prédio

que mais se destaca é a escola”. Uma defesa dessa instituição enquanto lugar propício para o desenvolvimento de uma educação da saúde, que precisava ser vista como referência de higiene e saúde. Outra marca dessa afirmativa, foi à publicação lançada em 1882 pelo advogado Rui Barbosa (Cf. GONDRA, 2011) sobre a higiene escolar. Na abertura de sua fala, o ele citou e repetiu expressões do primeiro ministro inglês: “as questões de higiene sobreexcedem, pela sua importância, a todas outras e para um estadista realmente prático não as há superiores”. Apontando que a higiene escolar seria a salvadora da pátria, ou pelo menos das crianças que se tornariam civilizadas. Assim, a escola aparecia no discurso higienista como o melhor lugar para cuidar da saúde.

Ao falar sobre os prédios escolares, Vera Regina Beltrão Marques (1994, p. 106), afirmou que a instituição modelar tornava-se educativa já na sua concepção arquitetônica. Logo após a instituição da República os rituais de inauguração das escolas passariam a ser cerimônias em que o dar a ver, tornava-se o gesto marcante do grande espetáculo, na qual “evidenciavam-se os sinais da nova ordem: edifícios altos, amplos, iluminados, métodos pedagógicos modernos e mobiliário adequado” (MARQUES, 1994, p. 106).

O prédio escolar deveria reunir um conjunto de espaços que ia além da sala de aula e que guardava tamanha importância à educação da saúde: o vestuário, lavatório, mictório, latrina e recreio. Espaços que por sua nomenclatura já direcionam à limpeza ou à imundície. Desde cedo à criança deveria ser orientada a usar corretamente esses espaços tanto na escola quanto em casa. O *vestuário*, por exemplo, era o lugar de guardar de forma ordeira os chapéus e as roupas, os calçados impermeáveis ou de resistência, acessórios inúteis no interior das escolas. Nesses espaços, organizados na maioria das vezes pelo inspetor escolar, deveriam funcionar como uma espécie de estante com espaços reservados a cada criança; já o *lavatório*, o *mictório* e a *latrina*, isolados para cada sexo, exigiam cuidados dobrados. Eram espaços de vigilância constante, pois destinavam-se aos cuidados de asseio e às necessidades fisiológicas. Lugar de despejar a sujeira que escapa do corpo. Segundo Flávio Maroja deviam “ser instalados com o conforto higiênico normal, sem excessos dispendiosos, mas com asseio rigoroso [...] deve haver

pelo menos um aparelho sanitário para cada 30 alunos” (*A União*, 22 set. 1922). Ainda de acordo com o médico, os professores se encarregariam de orientar as crianças no uso desses espaços, com hábitos de decência e de atividades higiênicas dos utensílios expostos. Eram costumes considerados fáceis de inculcar nos alunos desde cedo, e de grande valia, pois persistiam pelo resto da vida.

Muito cuidado também se deveria ter com a água que chegava às torneiras das escolas. Proveniente do abastecimento urbano, dependendo da escola, fazia-se uma espécie de “filtro após passar pela caixa ligada ao próprio encanamento e que mensalmente deverá se desaparafusar, escovar com água morna, enxaguar, por a secar [...] voltando depois a seu lugar” (*A União*, 22 set. 1922). Essa água que percorria os canos e saíam nos bebedouros para matar a sede, nos lavatórios para limpar objetos, chuveiros para limpar o corpo e nas latrinas para levar a porcaria defecada. Toda a imundície produzida dentro das escolas, especialmente de teor líquido eram coletadas em ralos e nas latrinas, que dependendo da localização do prédio, poderiam ser despejadas na rede de esgotos ou coletados pelo funcionário da limpeza e levado à local específico. Até os banheiros eram pensados pelos arquitetos enquanto espaços de higiene: o vaso sanitário de louça vidrada e mictórios de cerâmica. Quanto ao uso do papel higiênico, também existiam recomendações: “O uso obrigatório do papel higiênico, depositado, depois, no próprio vaso, suprimirá os caixotes e cestas que tanto emporcalham certos gabinetes sanitários” (*A União*, 17 abr. 1919). Para depositar o lixo “haverá sempre recipientes de cimento, estanques, mantidos sempre fechados” (*A União*, 17 abr. 1919). Esses resíduos não poderiam demorar parados, precisavam ser jogados evitando a criação de mosquitos, larvas, tacurus, ratos e baratas.

O cuidado com a água para consumo requeria atenção, especialmente pela grande quantidade de doenças que se transmitia através dela. A edição de 9 de julho de 1927 d’*A União* chamou atenção sobre a “Água que bebemos” alertando que “devemos ter o máximo de cuidado com a água que bebemos, sobretudo aqui na Parahyba onde as febres de caráter typhico, segundo opinião competente são endêmicas, esse cuidado deve nos preocupar

incessantemente”. Beber água de caráter duvidoso era sinônimo de imprudência, pois era por essa água que a doença e a morte entravam sem pedir licença, defendiam os médicos. Portanto, além de alertar os alunos para o cuidado com a água que se ingeria, as professoras e inspetores sanitários deveriam assegurar o cuidado com a água que alimenta a escola. A orientação era clara:

repitamos ainda o bom e seguro processo de esterilização que devem adoptar todos aquelles que tiverem alguma duvida sobre a quantidade de água potável. Basta que se ponha uma gotta uma só gotta d’agua de Javel em um litro d’agua destinada a mês. Observemos contudo que essa operação não produzirá seus felizes effeitos quinze ou vinte minutos depois. Nada há a receiar quanto ao gôsto, nem quanto ao odor d’agua assim tratada e ficar-se-á seguro de tel-a esterilizada de um mode real e completo (*A União*, 9 jul. 1927).

Para as escolas, o procedimento deveria ser o mesmo, levando em consideração sempre que as gotas de *Javel* tinham que ser proporcionais à quantidade de água colocada nos reservatórios. Mesmo deixando claro o chavão que “água é vida” os médicos alarmavam: “se não tratada, também pode ser morte”. Dessa forma, não só como conteúdo comum às matérias de ciências e higiene, a água era tema recorrente na consolidação de uma educação saudável, por isso, precisava ser vigiada constantemente.

O ambiente de *recreio* ocupado durante os intervalos das aulas deveria conter utensílios para realização dos exercícios livres e para a realização de jogos e brincadeiras. No caso de escolas que não dispusessem de galpões cobertos para proteger do sol e da chuva, orientava-se para realizar a recreação nos espaços mais arborizados, porém, “todos cumprindo as exigências sanitárias cabidas” (*A União*, 22 set. 1922).

Outra recorrente preocupação dos médicos, de cunho ortopédico, era com o mobiliário utilizado nas salas de aula, devendo ser “proporcionado á altura das crianças e bastante cômodo para não as obrigar a posições forçadas durante a leitura e a escrita” (PEIXOTO, 1925, p. 359). Os bancos utilizados pelos alunos para sentar e repousar as costas, a mesa em que apoia o livro ou o papel para escrever, devem possuir altura e distância convenientes. Durante muito tempo,

o modelo adotado pelas escolas fora aquele de carteira e banco unidos e para dois alunos, distribuídos segundo a estatura dos alunos em pé. Fato de bastante relevância: essas carteiras precisavam ser adequadas ao tamanho dos alunos, senão

numa carteira baixa, terão de encurvar o dorso, propício a cifose (corcunda) e à miopia, pela aproximação dos olhos ao ponto de sua aplicação: muito alta ou afastada, será favorecer, senão produzir a escoliose (incurvação lateral, á direita ou esquerda) porque para a tingir a mesa terá o pequeno de levantar o braço e a espádua, alongando o corpo a custa de uma deformação deplorável (PEIXOTO, 1925, p. 360).

Com o passar dos anos, mais fortemente na década de 1930, após vários diagnósticos médicos de problemas causados aos alunos que não possuíam estatura aos “bancos padrões” enviada às escolas, os jornais passaram a publicar reivindicações preferindo bancos individuais adequados a variável entre o tronco e as pernas dos escolares.

Dentre as orientações higiênicas estavam as de preferir “em vez de carteiras, banco e mēsa conjugados, reclamam a independência das duas peças, sendo a cadeira móvel que ocupe menos espaço e dá a criança todas as possibilidades de movimento, sem vexame ou coação” (PEIXOTO, 1925, p. 363). Passou-se então “a escolher carteira e banco para um aluno só, ajustando-se as duas peças, unidas mas móveis, à respectiva estatura” (SÁ, 1939). Conforme podemos observar nas ilustrações a seguir que foram utilizadas como referências para as escolas da época:

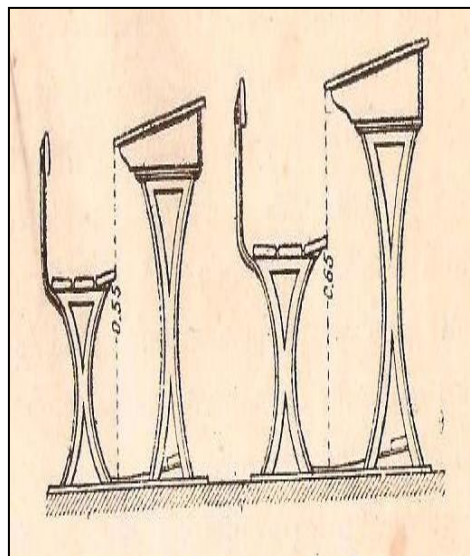


Imagem I – Modelo de carteira alemã. Fonte: (PEIXOTO, 1925)

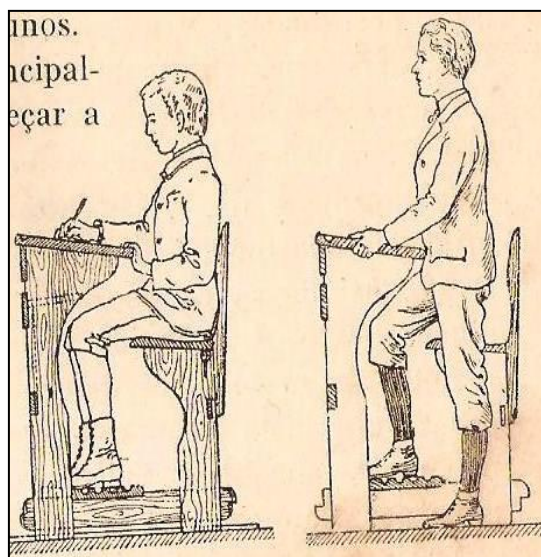


Imagem II – Perfil das carteiras francesas. Fonte: (PEIXOTO, 1925)

O mobiliário era pensado a partir das noções higiênicas em voga, na qual a altura do banco, ou do assento deveria ser

Medida da planta do pé à dobra do joelho, $\frac{2}{7}$ da estatura (20 a 28 centímetros) para que os pés repousem sobre o pavimento e não fiquem suspensos e ocupada a criança em os embalançar. A largura do assento será de $\frac{2}{3}$ do comprimento da coxa, $\frac{1}{5}$ da estatura (23 a 32 centímetros); o encosto ou

respaldo não carece atingir as espáduas, mas apenas o meio das costas, variando de 20 a 28 centímetros. A mēsa, do comprimento de 60 a 65 centímetros, onde se dispõe tinteiro e escaninho para lápis e canetas, e outra oblíqua e decendente, num ângulo de 6° a 15° em que deve repousar o livro aberto para leitura, ou o papel para a escrita (PEIXOTO, 1925, p. 360-361).

As informações derivavam-se de estudos⁸ realizados na “Europa para chegar a uma formula higiênica de construção do uso dos bancos escolares apresentando medidas, quadros, tabelas e resultados das investigações promovidas em nome da ordem médica” (GONDRA, 2011, p. 532). A sala de aula contava ainda com a mesa e cadeira do professor, colocada sempre ao canto da parede, e o quadro negro “de papelão comprido e enegrecido ou de ardósia negra, assim deve ser conservado para permitir sempre o contraste com as letras a giz branco ou de côm” (SÁ, 1944, p. 222).

O uso de material higiênico rompia as paredes da sala de aula. Eram utilizados em todos os espaços da escola aparelhos diversos para o ensino comum, jogos e brinquedos, trabalhos manuais, urgências e acidentes, educação da saúde, etc. Os cuidados ditos higiênicos mencionavam tudo, desde os livros “impressos em papel espesso para não serem vistas as letras do verso, branco para melhor contraste, fosco para impedir os reflexos de luz e liso para a impressão mais nítida” (*A União*, 10 fev. 1917) até os cadernos utilizados pelos alunos para escrever, sendo sempre “menos espessos, sempre liso e fosco, mas não unicamente branco, pois é perfeitamente aceitável quando ligeiramente amarelado ou azulado” (*A União*, 10 fev. 1917).

Para utilização desse material didático, a educação da saúde, especialmente quando se tratava de objetos necessários à leitura e escrita, algumas recomendações eram citadas, a começar pela iluminação da escola. Conforme mencionei acima, a determinação era que na parede horizontal, além das janelas, tivessem bordos superiores à janela de no mínimo trinta centímetros para que os alunos, mesmo aqueles mais recuados ao fundo da sala pudessem ver um pedaço do céu. A escolha da parede lateral era justificada por penetrar profundamente nos aposentos “atingindo o pavimento num ângulo de 30 a 60°” (PEIXOTO, 1925, p. 373). Orientava-se ainda que a iluminação não deveria ser excessiva nem deficiente, mas bastante e

distribuída regularmente para servir a leitura e a escrita. Não poderia causar incômodo em hipótese alguma! Por essa razão a iluminação

vem de lado, importa evitar sombras, que perturbam a visão e acabam por fatigar o aparelho visual, diminuindo a agudeza da vista e criando estados de correção difícil, se não irreparável. A luz deve atingir pois o aluno, não de frente, mas no sentido de sua atenção, de lado, do lado útil, que, para os dextros, é a iluminação lateral esquerda: a sombra da mão não se projetará assim sobre o papel em que o aluno escreve [...] Melhor seria a iluminação bilateral, suprimindo as sombras que permite distinguir bem os objetos em seu conjunto, embora com menor precisão nos detalhes (PEIXOTO, 1925, p. 373).

A boa iluminação impediria que os alunos fizessem força para ver aquilo que estava exposto no papel. Quando o professor entregasse aos escolares folhas mimeografadas, tudo deveria ser visto claramente com a ajuda da iluminação, mesmo impondo que as impressões fossem bem negras e nítidas com espaço duplo e margem de dois centímetros. O cuidado com o material escolar estava diretamente ligado aos pressupostos higiênicos postulados pela medicina e de acordo com a estrutura física da escola. Queria-se o corpo escolar em funcionamento externamente e internamente. Uma educação da saúde que contemplasse a estética: o belo em acordo com o saudável. Toda essa estrutura refletia sobre o corpo dos alunos. A intenção era que o corpo do aluno funcionasse exatamente como a escola.

Considerações finais

Estrutura física suntuosa, bonita, limpa, educada e em bom funcionamento corresponderia ao aluno possuidor do corpo saudável, trabalhado, belo, higiênico, educado e com todos os órgãos em perfeita atividade. Enquanto a escola necessitava da atenção do governo, principal responsável por sua manutenção, assegurando o contrato e pagamento do professorado e demais funcionários, reposição e permanência do mobiliário adequado,

alimentação e material de limpeza, distribuição do material escolar adequado; a escola carecia da efetivação da educação higiênica, afirmada em sua maioria na relação professor *x* aluno.

Na realidade, toda a conjuntura contribuía decisivamente para implantação de um novo aluno em consonância com a modernidade e os preceitos de civilidade. Balanças, esparadrapos, algodão, papel higiênico, água, pias e banheiros, cadernos e livros, carteiras e mesas, quadros e giz, álcool e desinfetante, luz e sombra, formavam o arsenal bélico liderado por médicos e professores na arte de higienizar os corpos e os espaços. Porém, a higiene enquanto disciplina, exigia muito mais que mudanças na estrutura física e boa utilização do material, permeava o discurso médico defensor da importância da higiene para a saúde, de sua adequação ao programa escolar e das formas de conduzir a disciplina.

O fato é que a escola (estrutura física) foi medicalizada na mesma medida que intencionava medicalizar os corpos dos alunos. Suas paredes, corredores, janelas, portas, quadros, ganhavam métrica perfeita para atender as necessidades da construção de um corpo perfeito. As escolas, ou grupos escolares, precisavam atender tais orientações. Regras que ganharam força nos discursos médicos e na legislação. Corpo e forma, nos prédios escolares.

Referências

ALMEIDA JR, A. **O saneamento pela educação**. São Paulo: Faculdade de Medicina de São Paulo, 1922.

ALMEIDA, Manuel. **Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves**. João Pessoa, 1924.

GONDRA, José. Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 519 – 550.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de higiene**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Autores Associados: São Paulo, 2002.

_____. **Um roteiro histórico educacional na cidade de João Pessoa (em texto e imagem)**. João Pessoa: UFPB, 2008.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tadorda de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Paraná. **Currículo sem fronteiras**. n. 1, p. 135-158, jan/jun. 2009.

SÁ, Carlos. **Higiene e educação da saúde**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

SOARES JR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa, 2011, 203 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

_____. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)**. João Pessoa, 2015, 270 p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: BASTOS, Maria Helena; STEPHANOU Maria (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Século XX**. 3. v. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 142-164.

VAGO, Tarcísio Mauro. “Uma verdadeira revolução dos costumes”: educação de corpos infantis na reforma do ensino de 1906 em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Artigo recebido em 29 de agosto de 2016. Aprovado em 18 de agosto de 2017.

Notas

¹ Médico sanitário nascido na cidade de Pilar. Iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, onde defendeu a tese *A talha hipogástrica poderá diminuir as indicações da litotíxia e das diferentes espécies das talhas perineais?*. Contraiu matrimônio com Dona Maria da Purificação Carneiro da Cunha em julho de 1889, união que contribuiu para uma forte presença de Flávio Maroja na política local. Ocupou, enquanto político, os cargos de Intendente Municipal (1889), Deputado à Constituinte Estadual (1891), Deputado à Assembleia (1916-1919) e Vice Presidente do Estado na gestão Sólton de Lucena (1920-1924). Fez carreira médica no Exército, ingressando, por meio de concurso, na área do Corpo de Saúde em abril de 1890. Em 1891, foi promovido ao posto de Capitão e enviado para servir em Goiás, assumindo a direção da Enfermaria Militar. A imagem política de Flávio Maroja é amplamente divulgada como “o amigo do povo”, aquele que “cogita o progresso”, que “congratula-se com os patricios”, que está “vivamente empenhado” e que atende prontamente, “cheio de entusiasmo”, a todos. Fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba; dirigiu a Santa Casa de Misericórdia; foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que também presidiu por longos anos; foi chefe da higiene do estado da Paraíba e chefe do porto; atuou como poeta publicando na imprensa local seus poemas com o pseudônimo de Gil; amaldiçoou o beijo, pois o achava símbolo de traição e contágio de doenças. Criou ainda diversos periódicos, a exemplo da Revista de Medicina, onde publicou uma série de artigos e denúncias sobre a higiene da Paraíba. Faleceu em 1940 (Cf. SOARES JUNIOR, 2011).

² Sobre Carlos Sá, é importante ressaltar que seus escritos sofreram significativa influência dos padrões norte-americanos. Enquanto a maioria dos higienistas da época estava com os olhos voltados para a Europa, Carlos Sá se revestiu do discurso americano. Para tanto, tratou de fazer referência a Tomas Wood, Jesse Williamns e Clair Turner em seus textos publicados na Folha Médica, ou mesmo em livros a exemplo de *Higiene e educação da saúde* (1944)

³ Escola católica criada em 04 de março de 1894 após um plano de reconstrução do primeiro bispo da Paraíba, D. Aducto Aurélio de Miranda Henriques, ficando instalado provisoriamente no palacete Abiahy, então residência episcopal, transferiu-se logo depois para o Convento São Francisco, onde permaneceu por dezesseis anos funcionando junto ao seminário, porém, cada um com seu regime. Em 1927, os Irmãos Maristas foram convidados a assumir a direção da escola. Seu primeiro diretor foi o Ir. Mário Elói, cujo mandato se estendeu até 1934, quando o Colégio Pio X retornou à Diocese por término de contrato. Em 1943, atendendo ao convite de Dom Moisés Coelho e do Dr. Ruy Carneiro, então Interventor Federal, os Irmãos Maristas reassumiram a Direção do colégio. Para o cargo, foi designado o Ir. Antônio Reginaldo, que reabriu o Colégio Pio X com 390 alunos. Essa ordem ainda é responsável pela gerência da escola (Cf. SOARES JÚNIOR, 2011, p. 13).

⁴ O Colégio de Nossa Senhora das Neves teve sua construção iniciada em 1895, sofrendo modificações e ampliações em datas sucessivas de acordo com a necessidade. Em 1920, possuía um vasto estabelecimento em boas condições de isolamento, iluminação, ventilação e corredores que permitia uma fácil fiscalização das salas de aula. O edifício tem forma de U e suas condições gerais são as seguintes: dois pavimentos, um superior e outro térreo. Nestes estão localizadas seis salas de aula, secretaria, gabinete da diretora, gabinete dentário, gabinete de higiene, gabinete de física, de história natural, sala de geografia e dormitório. No pavimento superior ficam oito salas de aula, o arquivo, a sala de desenho, a sala dos professores, a sala de piano e três dormitórios. Em 1906, esse estabelecimento passou a ser dirigido pelas religiosas do Instituto da Sagrada Família. Cf.: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves* (ALMEIDA, 1924).

⁵ Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello.

⁶ Ver *Um roteiro histórico educacional na cidade...* (PINHEIRO, 2008).

⁷ As palavras sublinhadas são grifos do autor, em itálico, os grifos são meus.

⁸ Vários modelos foram pensados e considerados higiênicos e ortopédicos, dentre eles a mesa com gaveta e cadeira de palhinha, separadas e individuais que possuíam as mesmas regras e medidas das cadeiras conjugadas, suprimindo apenas as inclinações sobre a horizontal, quer no tampo da mesa, quer no assento da cadeira. Quanto as cadeiras de braço, só era utilizada nas escolas de ensino secundário.